

COINTER PDVL 2020

VII CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LICENCIATURAS

Edição 100% virtual | 02 a 05 de dezembro

ISSN:2358-9728 | PREFIXO DOI:10.31692/2358-9728

QUILOMBOLAS E EDUCAÇÃO: VIVÊNCIAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

QUILOMBOLAS Y EDUCACIÓN: EXPERIENCIAS DE ACCIONES AFIRMATIVAS EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE MATO GROSSO

QUILOMBOLAS AND EDUCATION: EXPERIENCES OF AFFIRMATIVE ACTIONS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF MATO GROSSO

Apresentação: Pôster

Wesley Henrique Alves da Rocha¹

INTRODUÇÃO

O *corpus* do trabalho é o estudo da política pública de ação afirmativa para estudantes quilombolas (PROINQ) implementado na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 2016. Visando refletir sobre o processo de criação e implantação dessa política, sobre as condições de permanência ofertadas aos estudantes quilombolas, bem como sobre as dificuldades enfrentadas pela administração da universidade na manutenção dessa política. Acreditamos ser de suma importância a avaliação dessa política pública, buscando investigar as potencialidades e fragilidades da política durante sua criação e implantação, visando desencadear reflexões e discussões sobre a necessidade da implantação de políticas de inclusão acadêmica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Peters (apud SOUZA, 2006, p. 24), as políticas públicas são “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”, seguindo o mesmo raciocínio Dye (ibidem) define as políticas públicas como o que o governo escolhe ou não fazer, corroborando com os pensadores supracitados Rua (2014, p. 17) destaca que “geralmente [a política pública] envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”, enfim,

¹ Bacharel em Psicologia; Doutorando/Mestre em Estudos de Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso, wesleyrocha@ufmt.br

não existe uma única definição sobre o que seja política pública, mas vale destacarmos que a mais conhecida é a de Laswell, para ele as “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24).

Segundo Oliveira (2011, p. 174), os quilombolas “são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural, que se auto definem a partir de relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”, entretanto, é preciso destacarmos que a identidade étnica é um processo de auto identificação, ou seja, “a classificação de uma comunidade como quilombola não se baseia em provas de um passado de rebelião e isolamento, mas depende antes de tudo de como aquele grupo se compreende, se define” (OLIVEIRA, 2011, p. 174). Vale ressaltarmos ainda que, há no estado de Mato Grosso cerca de 97 comunidades de quilombos e que, infelizmente, nenhuma dessas comunidades recebeu a titulação de seu território (LOURENÇO, 2016).

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como revisão bibliográfica descritiva com abordagem qualitativa, operacionalizada como uma pesquisa de campo na Universidade Federal de Mato Grosso em que fizemos entrevistas com um estudante ingressante por meio do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombola (PROINQ), remanescente da comunidade Mata Cavalo (MT) e com dois servidores da Pró-reitora de Assistência Estudantil (PRAE), responsáveis pela gestão do programa.

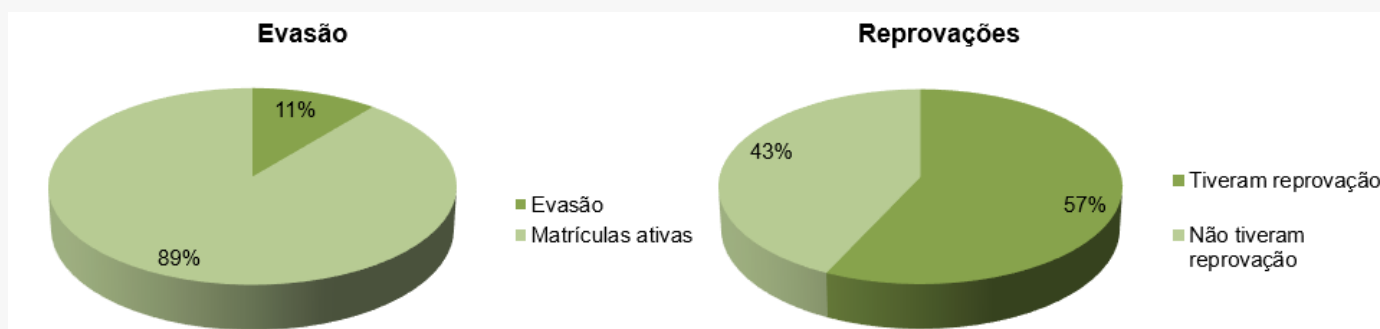
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PROINQ foi criado a partir da reivindicação de diversos grupos sociais (indígenas, quilombolas, representantes de diversas instituições). As maiores dificuldades para a manutenção do PROINQ, segundo os servidores: barreiras burocráticas impostas pelo Governo Federal; dificuldades para cadastrar os estudantes no Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP); cortes de verbas destinadas ao custeio das bolsas pelo Governo Federal.

A maior dificuldade segundo o estudante quilombola: “impacto pedagógico” que, segundo ele, é muito rápido, dificultando que o estudante acompanhe a turma.

Os dados analisados junto à Pró-reitoria de Assistência Estudantil da UFMT, demonstraram uma evasão de 11% entre os estudantes quilombolas e, ainda, uma taxa de reprovação de 57%. Os fatos narrados pelo aluno entrevistado e os dados numéricos, demonstraram que a construção de novas políticas e a adequação das existentes são tão

importantes quanto a democratização do acesso ao ensino superior.



Fonte: o autor.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir, que há contradições no processo de inclusão de alunos quilombolas, haja vista que mesmo após a “inclusão”, os estudantes, e até mesmo a gestão da universidade, encontram obstáculos econômicos, culturais, políticos e sociais, que influenciam diretamente na permanência do discente quilombola na academia. Sendo assim, apesar da evidente democratização do acesso ao ensino superior, ainda há obstáculos que precisam ser superados, demonstrando mais uma vez que a inclusão de grupos sociais, historicamente marginalizados, precisa estar atrelada às ações de cunho educativo, visando dotar esses estudantes do sentimento de pertença à instituição, demonstrando aos demais discentes e docentes que a diferença é parte constituinte do processo ensino-aprendizagem e da construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

AVANCINI, Marta. Democracia Racial - Mito de não existe racismo no Brasil dificulta movimentos reivindicatórios. **Revista Pré-Univesp**, nº.56, abril, 2016.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: **As artimanhas da exclusão**. Sawaia, Bader (org.). 2ª edição. Editora Vozes – Págs. 53-67. Petrópolis, 2001.

LIMA, Aline Tarcila de Oliveira; et al. A trajetória das políticas de ações afirmativas para indígenas e quilombolas na Universidade federal do Pará. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA, São Luiz do Maranhão, 2015.

LOURENÇO, Sonia Regina. Ações afirmativas para estudantes quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). **Campos**, v.17 n.2, p. 35-58, jul. dez. 2016.

OLIVEIRA, Geisa Cadilhe de. Políticas de ação afirmativa para quilombolas: a inclusão das cotas específicas. **Publicações da Escola da AGU - Pós-Graduação em Direito Público - UnB** v. II, p. 171 – 188, 2011.

QUILOMBOLAS E EDUCAÇÃO: VIVÊNCIAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.